Repensando a Abolição

Eneida Figueiredo Araripe

No Centenário da Lei Áurea, que extinguiu a escravatura no Brasil, estuda-se o tema, levantam-se questionamentos: — O desaparecimento da instituição escravista surgiu da solidariedade, sentimentos cristãos, espírito combativo de representantes da sociedade brasileira contra os interesses da classe dominante, ou foi determinado por causas políticas e econômicas? Quais os motivos reais que levaram à condição de homens livres a população cativa brasileira? Quais as verdadeiras razões que condicionaram à extinção um sistema, que perdurou do início da colonização até o séc. XIX? A Abolição resultou de um movimento da classe oprimida ou foi encabeçada por lideranças em nosso país?

Para manter foros de nação civilizada, por sentimentos humanitários, pelo próprio respeito ao direito de liberdade devido a todo ser humano, alguns queriam a emancipação do negro, mas mesmo esses não pretendiam a extinção total e imediata, do cativeiro, sim, em processo gradativo ou mediante indenização, por temerem a ruína econômica do país. "Todos queriam e não queriam a Abolição." (GIRÃO, Raimundo — *Abolição no Ceará*).

D. Pedro II, embora se manifestasse a favor da extinção das relações de trabalho escravista, a fim de ficar bem visto pela sociedade européia, ia contemporizando com o sistema da escravatura, sempre afinado aos interesses da burguesia cafeeira, favorável naturalmente à permanência do trabalho cativo em nosso país.

O trabalho escravo trazia estabilidade econômica à classe dominante, e esta se apegava à escravidão. A elite te-

mia a Abolição pelo conseqüente empobrecimento do país. Havia, também, a precoupação com uma insurreição de escravos, empolgados pelas idéias de liberdade e igualdade transmitidas pelos intelectuais da época e copiadas dos liberais franceses.

Era muito difícil um movimento de escravos que levasse a um processo revolucionário. Os escravos viviam dispersos, faltava-lhes coesão. Entre si predominavam ódios tribais, trasladados do continente africano, que, muitas vezes, fizeram negros ajudarem brancos na caça a escravos fujões.

As tentativas de sublevação à organização em quilombos foram movimentos que nada representaram em termos de mudança do sistema como um todo.

Muito menos em função de um processo interno motivado por antagonismos de classe e lideranças revolucionárias, a Abolição resultou de intervenções externas — fator que foi sempre imprescindível à reprodução das relações de trabalho escravistas.

Falemos sobre essas intervenções externas.

Os portugueses trouxeram os primeiros negros para o Brasil, mas foi realmente a Inglaterra o país que mais lucros auferiu com o mercado de escravos.

A Inglaterra vendeu mais africanos que todos os outros países juntos: Portugal, França, Holanda, E. Unidos, Suécia, Dinamarca.

O preto era a moeda que possibilitava a compra de produtos coloniais e mais força de trabalho escrava.

A preferência pelo trabalhador africano em detrimento do indígena tem explicação nesse rendoso comércio, muito mais do que na propalada força física e na docilidade da raça negra (enforcamentos, fuga, formação de quilombos contestam essa docilidade).

A aquisição do escravo índio convinha ao proprietário rural no Brasil, mas frustrava os interesses da verdadeira classe dominante — o branco europeu, que custeava apenas o transporte da mercadoria humana aprisionada na África, conquistando, com a sua venda aos senhores de escravo no Brasil, os mais vantajosos lucros.

Governo e os próprios jesuítas favoreceram indiretamente os traficantes, protegendo os indígenas da escravidão "em nome de Deus".

Vemos, então, que o produto da força de trabalho escrava (açúcar, café) foi utilizado na aquisição de mais africanos. Desse modo, os próprios escravos concorriam para a repro-

dução do execrável sistema, extremamente favorável ao capitalismo metropolitano, e que se estruturava no tráfico negro.

Constatemos, agora, as contradições do capitalismo inglês, contrário ou não aos movimentos abolicionistas em suas colônias e em relação ao Brasil.

No caso das Antilhas Inglesas, considerável mercado consumidor, utilizava produtos comestíveis fornecidos pelas colônias continentais (Canadá, Guiana) a preços bem mais acessíveis do que os da Metrópole, encarecidos pelos custos e pelo transporte. Em troca, o Canadá importava do Caribe rum, açúcar e melado.

À Inglaterra interessava, então, reproduzir o sistema escravista em suas colônias, já que os produtos de troca entre as mesmas era alimentado pela mão-de-obra africana.

Na segunda metade do séc. XVIII, a fértil ilha francesa de S. Domingos absorvia o comércio mundial de açúcar por ter condições de vendê-lo mais barato (maior produtividade em função da riqueza dos solos, negros adquiridos a preços modestos).

Aos súditos ingleses da Metrópole e das Colônias não era permitido, contudo, comprar açúcar em S. Domingos. Pelo acordo do Monopolismo Mercantilista, estabelecido entre Inglaterra e Antilhas, eles tinham obrigatoriamente de adquirir o açúcar das ilhas, embora mais caro.

Esse monopólio tornou-se intolerável a todos os súditos ingleses e à própria Inglaterra.

Urgia prejudicar S. Domingos. Para isso, desencadeia-se forte repressão ao tráfico de escravos, encampada por Pitt, primeiro ministro da Inglaterra.

Outro estratagema, com idêntica finalidade, foi o bloqueio da Europa Continental pela poderosa esquadra inglesa, impedindo assim a França de importar o açúcar de S. Domingos.

Quebrado o monopólio antilhano, a Inglaterra passa a importar açúcar e outros produtos tropicais do Brasil e de Cuba, a preços mais baixos do que nas Antilhas.

Os plantadores das colônias inglesas, principalmente Jamaica, a fim de eliminar a competição, provocam nova campanha abolicionista no nosso país. Sem a força escrava, a produção de açúcar fatalmente haveria de cair.

O exemplo antilhano evidencia a ambigüidade das atitudes inglesas, favoráveis ou contrárias às relações de trabalho escravas, de acordo com os seus interesses, que, no momen-

to, eram eliminar a concorrência brasileira em favor da produção da Jamaica.

Por outro lado, grupos industriais de Manchester, numa flagrante contradição, servem de sustentáculo à instituição escravista brasileira, pelo fato de a mesma ser consumidora de tecidos, cadeias e grilhões.

Nos tempos coloniais existiam somente iniciativas isoladas em prol da libertação dos cativos. As vozes que se levantavam para divergir da escravidão não eram da elite brasileira, mas de intelectuais que viviam há muito tempo na Europa, ou dos que se identificavam com as novas idéias liberais, e condenavam a escravidão em termos morais, religiosos e econômicos.

Só depois da Independência, mediante pressões inglesas contra o tráfico de africanos, recrudesce com o máximo vigor o movimento abolicionista através do Parlamento. Imprensa e Organizações. A Inglaterra chegou a condicionar a aprovação da Independência à abolição da escravatura em nosso país.

Para que o Capitalismo se expandisse, havia necessidade de mais mercado. Permanecendo na África ou libertos no Brasil, os negros africanos constituiriam novo mercado consumidor para os produtos ingleses.

Quando o Abolicionismo ganha mais força em nosso país, a escravatura já entrava em processo de decadência, como modo de produção e como instituição. A população negra estabilizara-se com a cessação do tráfico, diminuíra em conseqüência das condições de trabalho cruéis e desumanas. Essa redução se dera principalmente no Nordeste, em função da grande seca de 1877-1880.

A crise econômica afetou os proprietários dessa região, obrigando-os a venderem a mão-de-obra escrava para os latifundiários do café. Tinha lugar, agora, o tráfico negro entre as províncias, o que explica o fato de a produção cafeeira não haver sido afetada pela cessação do tráfico internacional.

Os escravos envelheciam e morriam, já emergia uma nova forma social de produção baseada no trabalho do morador, em condições quase iguais às do escravo. Este passou a merecer um tratamento melhor, jornada de trabalho menos prolongada, restrição de castigos, alimentação mais racional. Era necessária a reprodução da força de trabalho, já escassa. O escravo, agora, tem acesso a certos direitos: constituição de

pecúlio, recebimento de doações, assistência à mulher grávida e às crianças, etc.

O modo de produção escravista sempre esteve associado à grande lavoura de exportação, ao latifúndio.

No Ceará, o negro era mais utilizado em trabalhos domésticos, na lavoura de subsistência, na pecuária. Por isso o escravismo no Ceará não chegou a constituir um modo de produção, sua extinção não afetaria tanto a economia como no restante do país, inclusive em outros lugares do Nordeste.

Por essas razões fez-se o Abolicionismo no Ceará.

Mas a História nos fala de gestos heróicos, da acirrada campanha promovida por intelectuais liberais, jangadeiros e escravos libertos, mulheres de fina estirpe. Toda essa idealista gente cearense que, possivelmente, influiu nas decisões oficiais, essas, sim, a serviço de interesses externos, pela situação de dependência econômica e política do nosso país em relação à Inglaterra.

O ato de 25 de Março de 1883 colocou a nossa província de então na posição de vanguarda da Abolição no Brasil. Essa viria com a Lei Áurea.

Motivadas, portanto, por causas políticas e econômicas, terminavam, assim, as relações de trabalho escravas em nosso país, o último do mundo a abolir o execrável sistema. Não de modo abrupto, mas em processo gradativo, numa transição lenta para uma nova forma social de produção.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

COSTA, Emília Viotti da — *A Abolição.*
FREITAS, Décio — *O escravismo brasileiro.*
GIRÃO, Raimundo — *A abolição no Ceará.*
PINSKY, Jaime — *Escravidão no Brasil.*